

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2019

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro do Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto, informações sobre as notícias prestadas à imprensa acerca das mudanças no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, as seguintes informações do Ministro do Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto, sobre as mudanças no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV):

1. No novo programa Minha Casa Minha Vida, que deve ser anunciado pela administração Jair Bolsonaro no início de julho, os beneficiários mais pobres terão de alugar imóveis do governo por um valor simbólico em vez de pleitearem um financiamento para aquisição da casa própria. Este Ministério confirma a informação de que não existirá mais financiamento para aquisição de imóveis para as faixas 1 e 1,5 do PMCMV?
2. O Programa Minha Casa, Minha Vida mudará de nome? Qual a justificativa?

3. Existe algum estudo que comprove que a transformação do PMCMV diminuirá o déficit habitacional no Brasil? Se sim, solicitamos cópias de todos os estudos.
4. Qual o fundamento técnico e legal para modificação do PMCMV? Anexar cópia dos estudos que justificam a mudança.
5. De acordo com a afirmação do Ministro do Desenvolvimento Regional, o Sr. Gustavo Canuto, é na Faixa 01, onde entram os subsídios mais pesados para a aquisição do imóvel (o governo chega a bancar mais de 90% do valor), que foi identificada a maior parte das falhas do programa. Que falhas são essas?
6. Qual o orçamento do PMCMV para o ano de 2019? Qual a redução do orçamento em relação aos últimos dez anos? Requeremos ainda o valor detalhado para cada faixa do programa.
7. Para ter direito ao aluguel social, os beneficiários terão de frequentar ações sociais do próprio governo, como programas de capacitação. Quais serão esses programas de capacitação e como serão aplicados?
8. Inspirada num programa habitacional francês, as moradias no faixa 1 sejam apenas de “transição” e, com o tempo, a família pode aumentar de renda e se habilitar a um financiamento imobiliário – da faixa 1,5 ou até da faixa 2 do programa (famílias com renda até R\$ 4 mil). Caso as famílias não consigam aumentar a sua renda mensal, elas serão retiradas das residências? Qual a medida planejada por este Ministério nesses casos?
9. Haverá algum limite temporal para as famílias ficarem nos imóveis alugados?

10. Exceções para o modelo de aluguel serão abertas em três casos: quando a família for removida de área de risco, vítima de calamidade ou reassentada por causa de obra do governo. Apenas nesses casos é que os imóveis serão de propriedade da família? Em todas as faixas ou apenas em determinadas faixas?
11. Na faixa 1,5, a preocupação do governo é evitar a inadimplência e a tomada de casas pela Caixa, que administra o programa. Para isso, está em análise estabelecer regras mais duras, que não considerem só a renda máxima para acessar a linha de financiamento, mas também a renda mínima. Que regras são essas?
12. Os novos condomínios do “novo” PMCMV também devem ter limite no número de unidades. A ideia é vetar que sejam erguidos “megaempreendimentos”, evitando situações de conflito social e aumento da ocorrência de crimes. Existem estudos que justifiquem essa declaração?
13. O Ministro Gustavo Canuto disse que nada será fechado antes de o governo ouvir empresários e conselhos habitacionais dos Estados. Algum movimento social da área de moradia foi convidado a debater os efeitos da mudança no PMCMV?
14. A modalidade do PMCMV Entidades continua ativa? Existe previsão no orçamento do ano de 2019 para a modalidade supracitada? Se a resposta for afirmativa, qual o orçamento destinado para tal modalidade?

JUSTIFICATIVA

Foi anunciado que o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) será reformulado pelo atual Governo Federal no início de julho. Dentre algumas modificações, será implementado uma modalidade de aluguel social para as faixas 1 e 1,5 do programa.

Conforme reportagem publicada na Exame¹, em 24 de maio de 2019, na faixa 1, onde entram os subsídios mais pesados para a aquisição do imóvel (o governo chega a bancar mais de 90% do valor), foi identificada a maior parte das falhas do programa, de acordo com Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional.

O déficit habitacional brasileiro, que diz respeito a milhões de famílias residentes em casas muito precárias, em áreas de risco ou famílias que têm grande parte da renda comprometida com aluguel, historicamente sempre foi elevado e aumentou em 220 mil imóveis entre os anos 2015 e 2017 (último dado disponível). Segundo o levantamento feito pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), **o déficit por moradia atingiu seu recorde de 7,78 milhões de unidades habitacionais no ano de 2017**. É a partir dessa realidade que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 pelo Governo Federal tendo como finalidade a redução do déficit habitacional no país.

O orçamento de 2019 sancionado pelo governo Bolsonaro ameaça a continuidade do PMCMV. Após a implementação da PEC 55 (PEC do Teto), que limita o governo de cumprir suas obrigações com a sociedade, o orçamento do PMCMV acaba sendo alvo fácil de cortes por se tratar de uma despesa discricionária. A contratação para a produção de novas unidades no Programa já está ameaçada pelo corte de 10% no orçamento de 2019. O orçamento prevê R\$ 4,6 bilhões para o programa, o menor patamar já proposto desde 2009.

¹ Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/novo-minha-casa-deve-ter-aluguel-em-vez-de-posse-na-faixa-de-menor-renda/?utm_source=whatsapp



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Liderança do Partido Socialismo e Liberdade

Quando observamos os cortes de financiamento por modalidade do PMCMV, alguns fatores chamam a atenção. A escolha de cortar mais a modalidade da Faixa 1, relacionadas às famílias com renda de até R\$ 1.800,00, não atende ao interesse público da maior parte da população e mostra o caráter antipopular da proposta.

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeremos as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, 28 de maio de 2019.

Ivan Valente
Líder do PSOL

Fernanda Melchionna
Primeira Vice-Líder do PSOL

Áurea Carolina
PSOL/MG

David Miranda
PSOL/RJ

Edmilson Rodrigues
PSOL/PA

Glauber Braga
PSOL/RJ

Luiza Erundina
PSOL/SP

Marcelo Freixo
PSOL/RJ

Sâmia Bomfim
PSOL/SP

Talíria Petrone
PSOL/RJ